



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E SERVIÇOS GERAIS
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DE AQUISIÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 60585.001295/2022-53

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **seguro de automóveis**, que tem por finalidade atender às necessidades do Ministério da Defesa – MD, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UF	QTD	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	
					PRÊMIO	FRANQUIA
1	Seguro para o veículo de marca: FORD; modelo: FUSION 2.5; Placa: JGC0101; Ano de fabricação: 2010; Ano do modelo: 2010; 4 portas laterais; Cor: Preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Gasolina com 173 cv; Renavam nº 00233996796 e Chassi nº 3FAHP0JA4AR391179.	22764	UND	01	R\$ 1.871,10	R\$ 4.375,00
2	Seguro para o veículo de marca: FORD; modelo: FOCUS SEDAN 2.0 GHIA 16V; Placa: JHY 1072; Ano de fabricação: 2010; Ano do modelo: 2011; 4 portas laterais; Cor: Preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 00257947108 e Chassi nº 8AFTZZFFCBJ372307.	22764	UND	01	R\$ 873,15	R\$ 4.006,56
3	Seguro para o veículo de marca: FORD; modelo: FOCUS SEDAN 2.0 GHIA 16V; Placa: JHY 1062; Ano de fabricação: 2010; Ano do modelo: 2011; 4 portas laterais; Cor: Preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 00258323264 e Chassi nº 8AFTZZFFCBJ366560.	22764	UND	01	R\$ 912,11	R\$ 4.018,95
4	Seguro para o veículo de marca: TOYOTA; Modelo: COROLLA XEI 2.0L FLEX; Placa: JDS 9003; Ano de fabricação: 2012; Ano do modelo: 2013; 4 portas laterais; Cor: preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 00493609954 e chassi nº 9BRBD48E2D2588684.	22764	UND	01	R\$ 1.984,69	R\$ 4.191,05
5	Seguro para o veículo de marca: TOYOTA; Modelo: COROLLA XEI 2.0L FLEX; Placa: JDS 8883; Ano de fabricação: 2012; Ano do modelo: 2013; 4 portas laterais; Cor: preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 01181693630 e chassi nº 9BRBD48E2D2590323.	22764	UND	01	R\$ 1.984,69	R\$ 4.191,05
6	Seguro para o veículo de marca: TOYOTA; Modelo: COROLLA XEI 2.0L FLEX; Placa: PBR 2358; Ano de fabricação: 2018; Ano do modelo: 2019; 4 portas laterais; Cor: preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 01181693630 e chassi nº 9BRBD3HE9K0421256.	22764	UND	01	R\$ 2.231,61	R\$ 4.375,00
7	Seguro para o veículo de marca: TOYOTA; Modelo: COROLLA XEI 2.0L FLEX; Placa: PBR 2359; Ano de fabricação: 2018; Ano do modelo: 2019; 4 portas laterais; Cor: preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 01181698895 e chassi nº 9BRBD3HE3K0421270.	22764	UND	01	R\$ 2.231,61	R\$ 4.375,00
8	Seguro para o veículo de marca: RENAULT; Modelo: FLUENCE DYN 2.0M; Placa: JDX 9944; Ano de fabricação: 2012; Ano do modelo: 2013; 4 portas laterais; Cor: preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 00501896279 e chassi nº 8A1LZBW26DL331947.	22764	UND	01	R\$ 1.842,34	R\$ 3.853,58
9	Seguro para o veículo de marca: RENAULT; Modelo: FLUENCE DYN 2.0M; Placa: JDX 9494; Ano de fabricação: 2012; Ano do modelo: 2013; 4 portas laterais; Cor: preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 00501894144 e chassi nº 8A1LZBW26DL332266.	22764	UND	01	R\$ 1.881,92	R\$ 3.871,16
10	Seguro para o veículo de marca: RENAULT; Modelo: FLUENCE DYN 2.0M; Placa: JDX 9994; Ano de fabricação: 2012; Ano do modelo: 2013; 4 portas laterais; Cor: preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 00501897623 e chassi nº 8A1LZBW26DL332698.	22764	UND	01	R\$ 1.842,34	R\$ 3.853,58
11	Seguro para o veículo de marca: RENAULT; Modelo: FLUENCE DYN 2.0M; Placa: JDX-0015; Ano de fabricação: 2012; Ano do modelo: 2013; 4 portas laterais; Cor: preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 00501901540 e chassi nº 8A1LZBW26DL331949.	22764	UND	01	R\$ 1.881,92	R\$ 3.871,16
12	Seguro para o veículo de marca: RENAULT; Modelo: FLUENCE DYN 2.0M; Placa: OZW 8470; Ano de fabricação: 2014; Ano do modelo: 2014; 4 portas laterais; Cor: preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 01027611025 e chassi nº 8A1LZBW2TEL420257.	22764	UND	01	R\$ 1.861,79	R\$ 3.920,58

13	Seguro para o veículo de marca: RENAULT; Modelo: FLUENCE DYN 2.0M; Placa: FHV 5020; Ano de fabricação: 2014; Ano do modelo: 2014; 4 portas laterais; Cor: preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 01026972814 e chassi nº 8A1LZBW26EL383360.	22764	UND	01	R\$ 1.861,79	R\$ 3.956,83
14	Seguro para o veículo de marca: RENAULT; Modelo: FLUENCE DYN 2.0M; Placa: FFW 5034; Ano de fabricação: 2014; Ano do modelo: 2015; 4 portas laterais; Cor: preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 01035782828 e chassi nº 8A1LZLH06FL645571.	22764	UND	01	R\$ 1.894,50	R\$ 4.076,08
15	Seguro para o veículo de marca: RENAULT; Modelo: FLUENCE DYN 2.0M; Placa: FPS 5007; Ano de fabricação: 2014; Ano do modelo: 2014; 4 portas laterais; Cor: preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 01034356604 e chassi nº 8A1LZLH06FL645842.	22764	UND	01	R\$ 1.594,50	R\$ 4.076,08
16	Seguro para o veículo de marca: CITROEN; Modelo: JUMPER M33M 2.3, tipo Van; Placa: JKO 8851; Ano de fabricação: 2013; Ano do modelo: 2013; 3 portas laterais e 2 traseiras; Cor: branca; Capacidade: 16 passageiros; Combustível: Diesel; Renavam nº 00539044229 e chassi nº 935ZBWMMBD2114935.	22764	UND	01	R\$ 4.658,87	R\$ 11.379,00
17	Seguro para o veículo de marca: CITROEN; Modelo: JUMPER M33M 2.3, tipo Van; Placa: JKO 8861; Ano de fabricação: 2013; Ano do modelo: 2013; 3 portas laterais e 2 traseiras; Cor: branca; Capacidade: 15 passageiros; Combustível: Diesel; Renavam nº 00539045632 e chassi nº 935ZBWMMBD2114171.	22764	UND	01	R\$ 4.658,87	R\$ 11.379,00
18	Seguro para o veículo de marca: CITROEN; Modelo: JUMPER M33M 2.3, tipo Van; Placa: FEL 4606; Ano de fabricação: 2014; Ano do modelo: 2014; 3 portas laterais e 2 traseiras; Cor: branca; Capacidade: 15 passageiros; Combustível: Diesel; Renavam nº 01032139975 e chassi nº 935ZBWMMBE2136280.	22764	UND	01	R\$ 4.694,58	R\$ 7.635,05
19	Seguro para o veículo de marca: CITROEN; Modelo: JUMPER M33M 2.3, tipo Van; Placa: FHS 4547; Ano de fabricação: 2014; Ano do modelo: 2014; 3 portas laterais e 2 traseiras; Cor: branca; Capacidade: 15 passageiros; Combustível: Diesel; Renavam nº 01032140264 e chassi nº 935ZBWMMBE2136283.	22764	UND	01	R\$ 4.694,58	R\$ 11.669,00
20	Seguro para o veículo de marca: PEUGEOT; Modelo: BOXER M33M 2.3, tipo Van; Placa: PAC 2851; Ano de fabricação: 2014; Ano do modelo: 2014; 3 portas laterais e 2 traseiras; Cor: branca; Capacidade: 15 passageiros; Combustível: Diesel; Renavam nº 01041797980 e chassi nº 936ZBWMMBE2134447.	22764	UND	01	R\$ 4.650,96	R\$ 11.676,00
Valor total máximo:					R\$ 50.407,92	R\$ 114.749,71

(*) Estimativa inicial realizada pelo Setor Demandante extraído do DFD nº 11 (5174542) e Mapa Comparativo NUPP (5694224)

1.2. O Contrato do seguro será exclusivamente em função dos **preços para o Prêmio**.

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum (padronização, qualidade e desempenho) de acordo com o Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais do mercado.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por preço global.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.5.1. Considerando as especificações do art. 15 da IN/SEGES-MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e Acórdão nº 132/2008 - Segunda Câmara, que caracteriza a essencialidade e habitualidade de caráter contínuo de um determinado serviço haja vista recair sobre esta a incontestável obrigatoriedade do bom desempenho das atividades administrativas e, sobre a inadimplência do usuário do serviço e do bom andamento dos serviços administrativos, as necessidades de suspensão do serviço; e o serviço de natureza contínua e a imperiosidade de sua prestação ininterrupta em face do desenvolvimento habitual das atividades administrativas, sob pena do prejuízo ao interesse Público, tornando-se desconveniente para a administração realizar um serviço desta natureza, sendo ele não continuado.

1.6. O objeto se enquadra como serviço continuado, tendo em vista a sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente, bem como, manter o funcionamento das atividades finalísticas do MD, de modo que sua interrupção pode comprometer o cumprimento da missão institucional deste Ministério e sua contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.

1.6.1. Vale salientar que Procuradoria-Geral Federal, responsável pela consultoria e assessoramento jurídico de autarquias e fundações federais, a Câmara Permanente de Licitações e Contratos Administrativos, por meio do Parecer nº 6/2015/CPLC/DEPCONS/PGEF/AGU, concluiu acerca da possibilidade de prorrogação do contrato de seguro veicular, por aplicação do disposto no art. 62, § 3º, I, da Lei nº 8.666/1993.

1.6.2. A vigência do Contrato observará a legislação em vigor e a regulamentação imposta pelas normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), em sintonia com a prática do mercado securitário.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O interesse público envolvido busca a realização de um novo processo licitatório, tendo em vista a interrupção do Contrato nº 018/2017 referente ao processo 60585.000472/2017-17, pois alcançou o prazo máximo de prorrogação contratual, conforme prescreve o artigo 57, da Lei n. 8.666/93.

2.2. Contratação de empresa especializada em seguro de automóveis com prestação de serviços a serem executados de forma contínua sem a dedicação exclusiva de mão de obra.

2.3. A contratação ora pretendida tem como objetivo à prestação de serviço de seguros de automóveis tendo em vista ser uma forma eficiente de zelar pelo patrimônio público, garantindo a recomposição do erário pela ocorrência de um eventual sinistro que gere dano ou perda no veículo segurado. Além de resguardar a administração contra eventuais demandas judiciais em decorrência de acidentes provocados por veículos de propriedade do Ministério, visa oferecer maior segurança aos condutores, aos usuários e a terceiros.

2.4. Considerando a probabilidade de acidentes de trânsito e à eventual ocorrência de algum tipo de sinistro, a contratação de seguro de automóvel se justifica pela forma eficaz de preservar e recompor o patrimônio público e também oferecer maior segurança aos condutores, aos usuários e a terceiros.

2.5. A solicitação de contratação de empresa especializada na prestação de um seguro de automóvel, encontra-se alinhada com o Objetivo Estratégico nº 5 - Aprimorar a Governança e à Gestão, com a intenção de fortalecer e aprimorar as estruturas e os mecanismos de governança e de gestão para aumentar a efetividade das ações com foco nos resultados institucionais, conforme Plano de Gestão - MD 2020 - 2023.

2.6. O objetivo da contratação tem a sua essencialidade em assegurar à integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente, bem como, manter o funcionamento das atividades finalísticas do MD, de modo que a sua interrupção pode comprometer o cumprimento das missões institucionais deste Ministério, e a sua contratação deve estender-se nos limites do Inc. II, art. 57 da Lei 8.666/93 e conforme Orientação Normativa nº 38, de 13 de dezembro de 2011.

2.7. Cabe ressaltar que o Contrato nº 018/2017 encerra à sua vigência em 04/10/2022, conforme Despacho 407 (4886666) e não é mais admissível a prorrogação de contrato com base no artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

2.8. A vigência do Contrato observará à legislação em vigor, e a regulamentação imposta pelas normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), em sintonia com a prática do mercado securitário.

2.9. O benefício de participação exclusiva de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) está vedado pela legislação federal vigente, sendo eles Decreto-Lei nº 73/1966 e inciso VIII, § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.10. **Dados Gerais**

2.10.1. Dados estatísticos abertos do Departamento de Transito do Distrito Federal – DETRAN-DF, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, da Polícia Civil do Distrito Federal – Secretaria de Segurança Pública – PCDF-SPP, da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, Legislações Específicas do Ministério da Defesa, da Confederação Nacional de Transportes – CNT e da Superintendência de Seguros Privados no Distrito Federal – SUSEP, encontram-se nos apêndices a este Termo de Referência.

2.10.1.1. **Dados Estatísticos do DETRAN-DF:**

2.10.1.1.1. Dados Anuais;

2.10.1.1.1.1. Anuários;

2.10.1.1.1.2. Gráficos; e

2.10.1.1.1.3. Informativos.

2.10.1.1.2. Dados Mensais:

2.10.1.1.2.1. Condutores;

2.10.1.1.2.2. Frota de Veículos Registrados e em Circulação no Distrito Federal;

2.10.1.1.2.3. Sistema de Informações de Acidentes; e

2.10.1.1.2.4. Série histórica de Acidentes de trânsito.

2.10.1.2. **Dados estatísticos do CBMDF:**

2.10.1.2.1. Anuário 2019.

2.10.1.3. **Dados estatísticos da PCDF:**

2.10.1.3.1. Balanço Criminal DF – jan. - jun. de 2022;

2.10.1.3.2. CCP Furto de Veículos;

2.10.1.3.3. CCP Fruto em Veículos;

2.10.1.3.4. Roubo de Veículos; e

2.10.1.3.5. DF Balanço Criminal.

2.10.1.4. **Dados Estatísticos da PMDF:**

2.10.1.4.1. Crimes contra o Patrimônio – CCP:

2.10.1.4.1.1. CCP – Agregado;

2.10.1.4.1.2. CCP – Fruto em Veículo; e

2.10.1.4.1.3. CCP – Fruto de Veículo.

2.10.1.4.2. Plano de Dados Abertos:

2.10.1.4.2.1. PDA PMDF 2021-2022.

2.10.1.5. **Legislações Específicas:**

2.10.1.5.1. Orientação Normativa nº 06, de 17 de janeiro de 2005. Dispõe sobre as providências a serem adotadas em caso de sinistro envolvendo veículos oficiais da administração central do Ministério da Defesa; e

2.10.1.5.2. Instrução Normativa nº 10, de 10 de junho de 2018. Estabelece normas para a classificação, identificação, finalidades e utilização dos veículos de representação, de serviços comuns e especiais no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, e dá outras providências.

2.10.1.6. **Confederação Nacional de Transporte – CNT:**

2.10.1.6.1. Anuário Rodoviário:

2.10.1.6.1.1. Principais Dados;

2.10.1.6.1.2. Relatório Gerencial;

2.10.1.6.1.3. Painel CNT – Acidentes Rodoviários – 2021;

2.10.1.6.1.4. Dados Operacionais;

2.10.1.6.1.5. Classificação da Geometria;

2.10.1.6.1.6. Classificação da Sinalização;

2.10.1.6.1.7. Classificação da Estado Geral;

2.10.1.6.1.8. Classificação do Pavimento; e

2.10.1.6.1.9. Extensão Total.

2.10.1.6.2. Poderá ser conferido e analisado por meio da Plataforma Power BI, os dados citados acima por meio do endereço: <https://pesquisarodovias.cnt.org.br/PainelIframe/PesquisaCNTRodovias.html>.

2.10.1.7. **Superintendência de Seguros Privados no Distrito Federal:**

2.10.1.7.1. Guia de Orientação e Defesa do Consumidor.

2.11. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

2.11.1. A adoção da contratação em empreitada por preço global no presente certame licitatório, justifica-se de forma fundamentada, em que a sua adoção se torna mais exequível, vantajosa e satisfatória para a Administração em demonstrações de razões como: eficiências técnicas, logísticas, operacional, finalístico, econômicas e tende a proporcionar uma contratação sem a incoerência da padronização do serviço a ser contratado.

2.11.2. No caso em tela, a presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global, tendo em vista que as quantidades e valores foram definidos com precisão, com preço certo e total, e serão requeridos todos os itens demandados, conforme artigo 6º, alínea "a", da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2.11.3. Quanto ao parcelamento ou não da solução, em regra, conforme §§ 1º ao 7º do art. 23 da Lei nº 8.666/93 e inciso III, art. 32 da Lei nº 13.303/2016, que dispõe que as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade com um melhor aproveitamento do mercado e aumento da competitividade e sem prejuízos aos aspectos técnicos e/ou perda da economia de escala.

2.11.4. Diante dos expostos, em virtude de acudir o maior número de interessados em participar da Licitação, sem prejudicar o ganho da aquisição em escala (Súmula nº 247 do TCU), optou-se pelo parcelamento da licitação em itens, pois representa uma maior economia e ganho de escala, conforme especificações e demandas do Ministério da Defesa por meio da SEORI/DESEG - MD.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, com o conjunto de todos os elementos necessários e suficientes, que assegurem a viabilidade técnica, requisitos qualitativos e quantitativos, amparos legais e, todo o conjunto de fatores pertinentes a economia de escala e demais particularidades, que atendem a necessidade da contratação encontra-se pormenorizada em tópicos específicos nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido Decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Técnicos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2. A descrição dos requisitos para a escolha da solução, abrange a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguros de automóveis.

5.1.3. A CONTRATADA deverá cumprir os normativos expedidos pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) para a emissão das apólices de Seguro.

5.1.4. A empresa deverá cumprir os requisitos estabelecidos no Caderno Técnico de Seguros.

5.1.5. A contratada deverá emitir apólice de seguros no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da Nota de Empenho.

5.1.6. Em casos de sinistros, a seguradora efetuará o pagamento da indenização no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

5.1.7. As apólices de seguro emitidas serão regidas conforme os normativos preconizados pela SUSEP.

5.1.8. O serviço a ser prestado, qual seja emissão de apólice de seguro conforme normativos da SUSEP é um serviço de natureza contínua.

5.1.9. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

5.1.12. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Em se tratando de Desenvolvimento Nacional Sustentável, o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 5ª edição, revista, atualizada, ampliada - agosto/2022, **não dispõem** de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

7. VISTORIA FACULTATIVA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas viaturas administrativas, acompanhado por servidor designado para esse fim, em dias úteis, das 9h às 12h e das 13h às 17h, precedendo até o último dia útil da data da Seção Pública, devendo o agendamento ser realizado previamente pelos telefones (61) 3312-8782 e 3312-4370 - Coordenação de Serviços Gerais (COSER) / Setor de Transportes e/ou pelo endereço de e-mail: onivaldo.rocha@defesa.gov.br com o responsável Onivaldo F. R., podendo sua realização ser comprovada por:

7.1.1. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto e que realizou vistoria no local, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN nº 5/SG/MP/2017 ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros não podendo embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrente.

7.2. As vistorias serão sempre realizadas com um licitante por vez, não sendo permitida a vistoria em grupo de empresas.

7.3. Os veículos estão disponíveis para vistoria na AC/MD - Esplanada dos Ministérios - Bloco "Q" - Setor de Transportes - Brasília-DF - CEP 70049-900;

7.4. O prazo estipulado para a realização da vistoria é aquele entre a data de divulgação do edital e abertura do certame, em conformidade com previsto no art. 4º da Lei nº 10.520/2022, "o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis."

7.5. É de responsabilidade exclusiva da empresa licitante a observância dos prazos supracitados e o agendamento da vistoria com a antecedência necessária à sua realização, não podendo alegar insuficiência de prazo para a sua realização;

7.6. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.6.1. A vistoria apenas será iniciada após a comprovação da legalidade do preposto da empresa licitante junto ao COSER / Setor de Transporte.

- 7.7. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 7.8. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.9. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições dos automóveis para o cumprimento pleno das obrigações objeto da licitação.
- 7.10. É de responsabilidade exclusiva da empresa licitante a observância dos prazos supracitados e o agendamento da vistoria com a antecedência necessária à sua realização, não podendo alegar insuficiência de prazo para a sua realização.
- 7.11. É permitido que eventuais vistorias possam ser realizadas por qualquer preposto da licitante, a fim de ampliar a competitividade do certame, acompanhado por representante deste Ministério da Defesa, designado para esse fim.
- 7.12. A vistoria só será iniciada após a devida identificação do representante da empresa junto à Coordenação de Segurança do Ministério da Defesa.
- 7.13. A vistoria não é onerosa, todavia as despesas decorrentes da vistoria correrão por conta da licitante. No caso de a sede da empresa localizar-se fora do Distrito Federal, a licitante poderá indicar formalmente um representante legal para representá-la.
- 7.14. A vistoria facultativa, não cria condições restritivas à competitividade, tendo por finalidade, tão-somente, franquear a oportunidade para que os licitantes exerçam o direito ao exame *in loco*, já que, nas fases licitatória e contratual, não poderão alegar o desconhecimento de condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas.
- 7.15. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, as licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 8.1.1. Após celebração do Contrato, a empresa deverá indicar preposto responsável pela comunicação entre a Administração e a CONTRATADA.
- 8.1.2. Após celebração do Contrato, a Administração será responsável por emitir as Notas de Empenho e encaminhá-la à CONTRATADA.
- 8.1.3. A CONTRATADA deverá emitir apólice de seguros no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da Nota de Empenho (NE).
- 8.1.4. As apólices serão emitidas com as coberturas mínimas descritas neste Termo de Referência.
- 8.1.5. A execução dos serviços objeto deste certame poderá ser solicitada em qualquer época, dentro do período de vigência do Contrato.
- 8.1.6. Não será permitido a participação de empresas de consórcios.
- 8.1.7. Os veículos serão reparados preferencialmente em concessionárias autorizadas da marca, em caso de sinistro.
- 8.1.7.1. Entretanto reparos poderão ser feitos em oficinas terceirizadas e credenciadas pela seguradora, desde que seja autorizado pelo Ministério da Defesa.
- 8.1.8. O Ministério da Defesa reserva o direito de verificar, sempre que julgar necessário, se os preços praticados pela Contratada estão compatíveis com os de mercado.
- 8.1.9. O valor de mercado referenciado nesta solicitação de serviço foi estabelecido com base nos valores da tabela FIPE, sendo que em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela adotada por ocasião da contratação do seguro, será adotada a tabela da “revista quatro rodas” ou a tabela Molicar.
- 8.1.10. Fica entendido que, para fins de remissão, tais tabelas serão chamadas de tabelas substitutas.
- 8.1.11. Em se tratando de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não superior a 90 (noventa) dias a contar data de seu recebimento pelo CONTRATANTE, independente da quilometragem rodada no período. Entende-se por valor de veículo novo o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.
- 8.1.12. Aplicam-se as disposições da SUSEP, nos casos em que não contrariar as disposições contidas no preâmbulo do Edital.
- 8.1.13. O aviso de sinistro será realizado por meio do condutor do veículo ou responsável pela frota deste Ministério da Defesa, por meio de telefonema à Central da seguradora, em número que deverá constar em cartão, a ser distribuído pela seguradora em quantidades equivalentes aos de veículos segurados.
- 8.1.14. O prazo para atendimento ao veículo sinistrado que necessitar de guincho ou encontrar-se vulnerável, de modo a expor o patrimônio a outros riscos, como o de arrombamento, será de até 2 (duas) horas e o prazo para atendimento ao veículo que necessite de encaminhamento à oficina para reparos será de até 2 (dois) dias úteis.
- 8.1.15. Os serviços serão executados pela empresa adjudicada, não se admitindo recusa da parte daquela em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada.
- 8.1.16. A CONTRATANTE deverá entrar em contato com a CONTRATADA por meio de e-mail oficial, fax e/ou telefone informados a fim de detalhes gerais e quaisquer esclarecimentos pertinentes antes da execução dos serviços.
- 8.1.16.1. Será disponibilizado no após o momento do firmamento do Contrato, e-mail oficial, fax e/ou telefone do Fiscal de Contrato.

8.2. Das especificações detalhadas do serviço:

8.2.1. Da modalidade de seguro de automóvel:

- 8.2.1.1. Pelo contrato de seguro, a Sociedade Seguradora se obriga, **mediante o pagamento prêmio** a garantir interesse legítimo do Ministério da Defesa, relativo aos automóveis indicados neste instrumento, contra riscos indicados em apólice, observadas as especificações mínimas abaixo:
- 8.2.1.1.1. A Sociedade Seguradora, quando da apresentação da proposta deverá fazê-la na modalidade de “valor de mercado referenciado”, entendida como aquela que garante ao segurado, o pagamento de quantia variável, em moeda corrente nacional, determinada de acordo com a tabela de referência, conjugada com fator de reajuste, em percentual, a ser aplicado sobre o valor de tabela de referência utilizada para cotação dos veículos será a cotação de veículo, na data da liquidação do sinistro;
- 8.2.1.1.2. A tabela divulgada mensalmente pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE);
- 8.2.1.1.3. Caso a tabela de referência FIPE deixe de ser publicada, ou seja suspensa, será automaticamente substituída pela segunda tabela de referência, doravante tabela substituta, que deverá ser indicada na proposta e na apólice de seguro;
- 8.2.1.2. A proposta deverá considerar como Fator de Ajuste o percentual de 100% (cem por cento) do valor indicado na tabela de referência ou na tabela substituta para fins de cálculo do valor da indenização na ocasião do pagamento do sinistro; e
- 8.2.1.3. Em se tratando de veículo zero-quilômetro, no caso de indenização integral, a proposta deverá garantir, por prazo não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da sua entrega ao Ministério da Defesa, a reposição do valor de mercado do veículo com base no “valor de novo”, entendido como aquele valor constante da tabela de referência ou da tabela substituta quando da liquidação do sinistro.

8.2.2. Da cobertura abrangente / Sinistros:

8.2.2.1. A proposta de seguro deverá considerar cobertura do tipo abrangente a risco total, que garanta os riscos de colisão, incêndio, roubo e furto nos casos (mínimos) de:

8.2.2.1.1. Acidentes de trânsito, tais como colisão, capotagem ou queda em barrancos, pontes e afins;

8.2.2.1.2. Roubo ou furto total ou parcial do veículo segurado;

8.2.2.1.3. Danos causados ao veículo segurado após o roubo ou furto total, se o veículo vier a ser recuperado antes do pagamento da indenização;

8.2.2.1.4. Danos causados durante o tempo em que como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;

8.2.2.1.5. Incêndio ou explosão acidental do veículo segurado, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

8.2.2.1.6. Atos danosos praticados por terceiros;

8.2.2.1.7. Queda de granizo, submersão total ou parcial provenientes de águas de chuvas provenientes de inundações ou enchentes, inclusive quando guardado em subsolo, furacão, terremoto e queda de raio e suas consequências; e

8.2.2.1.7.1. Em casos de que trata a letra acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.

8.2.2.1.8. Danos causados com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotamento;

8.2.2.1.9. Queda acidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo e quedas de pontos e precipícios;

8.2.2.1.10. Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;

8.2.2.1.11. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais);

8.2.2.1.12. Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica; e

8.2.2.1.13. Cobertura adicional de assistência 24 horas e 7 dias por semana (24/7):

8.2.2.1.13.1. Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo, transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto de veículo;

8.2.2.1.13.2. Assistência e reparo do veículo em local determinado onde ocorrer o sinistro;

8.2.2.1.13.3. Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a concessionária/oficina autorizada pelo CONTRATANTE; e

8.2.2.1.13.4. Serviços de chaveiro em geral.

8.2.3. Da Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V):

8.2.3.1. A Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V) será contratada a 2º risco quando houver seguros obrigatórios, a exemplo do DPVAT, Carta Verde, e deverá garantir, até o Limite Máximo de Garantia (LMG) previsto na apólice, o reembolso das indenizações que for obrigado a pagar em virtude de culpa reconhecida por sentença judicial transitada em julgado ou mediante acordo autorizado de modo expresse pela Seguradora, exclusivamente relacionada a danos involuntários, corporais e materiais causados a terceiros durante a vigência do contrato e que decorram de risco coberto nele previsto;

8.2.3.2. Em casos de sinistros, a proposta deverá conter os seguintes valores mínimos:

COBERTURA	VALOR DE REFERÊNCIA
Compreensiva-Colisão/Incêndio/Roubo/Furto	100% FIPE
Danos Materiais (veículos leves/médios)	R\$ 100.000,00
Danos Corporais (veículos leves/médios)	R\$ 100.000,00
Extensão de Reboque	300 km
Franquia Básica	100%

8.2.4. Dos Acidentes Pessoais de Passageiros (APP):

8.2.4.1. A proposta deve garantir cobertura nos casos de morte ou invalidez permanente, total ou parcial, do motorista e dos passageiros do veículo segurado, desde que os ocupantes estejam no interior do veículo no momento do evento e que seja decorrente exclusivamente de acidente de trânsito; e

8.2.4.2. O valor de indenização constante da proposta deverá ser:

COBERTURA	VALOR DE REFERÊNCIA
Morte	R\$ 50.000,00 (por pessoa)
Invalidez	R\$ 20.000,00 (por pessoa)

8.2.5. Do Aviso de sinistro e Assistência técnica 24/7:

8.2.5.1. A CONTRATADA deverá colocar à disposição do CONTRATANTE uma Central de Comunicação para aviso de sinistro em caso de acidente, roubo, furto, enchente, incêndio ou pane do veículo segurado (cobertura abrangente) e Assistência Técnica 24 horas por dia 7 dias por semana;

8.2.5.1.1. Disponibilizar endereço comercial, telefone e conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados, além de nome, telefone dos responsáveis pela execução dos serviços em cada Capital.

8.2.5.2. A Central poderá ser acionada por e-mail, telefone, fax ou por serviço on-line, com acessibilidade em atender a CONTRATANTE;

8.2.5.3. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá até 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado; e

8.2.5.4. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas após o aviso de sinistro.

8.2.5.5. A CONTRATADA terá que ter condições de executar com presteza os serviços:

8.2.5.5.1. Transporte de pessoa assegurada;

8.2.5.5.2. Reparo no local;

8.2.5.5.3. Reboque; e

8.2.5.5.4. Chaveiro.

8.2.6. Do Endosso:

8.2.6.1. Quaisquer alterações tais como: Inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice poderão ser solicitadas pela AC/MD e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes neste Termo de Referência;

8.2.6.2. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência, e unidade da federação para utilização do veículo chassis e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice; e

8.2.6.3. A emissão de endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso efetuado pela AC/MD.

8.2.7. Do Dano Moral:

8.2.7.1. A proposta de seguro apresentada deve cobrir o reembolso de quantia paga a título de dano moral, pelo qual vier a ser julgado responsável em decisão transitada em julgado ou mediante acordo autorizado de modo expresso pela Seguradora, até o Limite Máximo de Garantia previsto abaixo:

COBERTURA	VALOR DE REFERÊNCIA
Danos Morais	R\$ 20.000,00 (por pessoa)

8.2.8. Do foro:

8.2.8.1. As questões judiciais, entre o Ministério da Defesa e a Seguradora, serão processadas nas instalações do próprio Ministério da Defesa.

8.2.9. Âmbito Geográfico:

8.2.9.1. Considerará com âmbito geográfico das coberturas todo território nacional.

8.2.9.2. As distancias média de condução de veículos pode depender da atividade, entretanto a previsão e padronização de itinerário é especialmente no Plano Piloto. A distância percorrida anualmente pelos veículos, consta na tabela abaixo:

ORDEM	VEÍCULO	PLACA	2018	2019	2020	2021	jan - ago de 2022
1	FORD/FUSION	JGC 0101	2.317 km	5.520 km	7.718 km	8.607 km	3.814 km
2	FORD/FOCUS	JHY 1072	12.336 km	11.584 km	9.245 km	10.446 km	5.397 km
3	FORD/FOCUS	JHY 1062	4.648 km	4.188 km	4.496 km	4.923 km	2.120 km
4	TOYOTA/COROLLA	JDS 9003	11.397 km	7.662 km	1.021 km	8.513 km	10.701 km
5	TOYOTA/COROLLA	JDS 8883	16.800 km	7.148 km	110 km	2.017 km	2.631 km
6	TOYOTA/COROLLA	PBR 2358	-	14.857 km	20.049 km	15.547 km	9.489 km
7	TOYOTA/COROLLA	PBR 2359	-	7.037 km	8.127 km	13.413 km	10.214 km
8	RENAULT/FLUENCE	JDX 9944	8.689 km	19.501 km	15.046 km	1.762 km	1.151 km
9	RENAULT/FLUENCE	JDX 9494	5.407 km	7.453 km	4.496 km	4.648 km	3.262 km
10	RENAULT/FLUENCE	JDX 9994	3.396 km	5.473 km	7.836 km	5.911 km	232 km
11	RENAULT/FLUENCE	JDX 0015	5.095 km	4.736 km	4.587 km	4.138 km	2.547 km
12	RENAULT/FLUENCE	OZW 8470	11.877 km	8.529 km	4.136 km	6.037 km	6.153 km
13	RENAULT/FLUENCE	FHV 5020	9.855 km	10.045 km	7.590 km	9.244 km	5.613 km
14	RENAULT/FLUENCE	FFW 5034	9.945 km	10.126 km	7.362 km	13.717 km	4.109 km
15	RENAULT/FLUENCE	FPS 5007	6.772 km	11.629 km	8.944 km	9.747 km	6.649 km
16	CITROEN/JUMPER M33M	JKO 8851	10.003 km	6.114 km	1.626 km	1.571 km	2.107 km
17	CITROEN/JUMPER M33M	JKO 8861	8.786 km	9.449 km	4.033 km	2.962 km	1.144 km
18	CITROEN/JUMPER M33M	FEL 4606	6.876 km	2.107 km	3.370 km	1.727 km	2.772 km
19	CITROEN/JUMPER M33M	FHS 4547	2.283 km	1.922 km	2.675 km	2.621 km	891 km
20	PEUGEOT/BOXER M33M	PAC 2851	5.877 km	2.244 km	266 km	2.147 km	1.152 km

8.2.10. Dos Riscos excluídos:

8.2.10.1. As condições contratuais, previstas neste instrumento convocatório, deverão apresentar as disposições de todas as coberturas incluídas no plano de seguro, com a especificação dos riscos cobertos, e quando for o caso, dos bens não compreendidos no seguro; e

8.2.10.2. As exclusões específicas relativas a cada cobertura deverão ser inseridas após a descrição dos riscos cobertos.

8.2.11. Da Apólice:

8.2.11.1. Além das informações previstas em normativos específicos, a proposta e a apólice do seguro deverão conter, ainda, os seguintes dados:

8.2.11.1.1. Identificação do bem segurado com suas devidas especificações;

8.2.11.1.2. Indicação da tabela de referência e da tabela substituta, bem como seus respectivos veículos de publicação;

8.2.11.1.3. Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado;

8.2.11.1.4. Prêmios discriminados por cobertura;

8.2.11.1.5. Limites de indenização por cobertura;

8.2.11.1.6. Franquias aplicáveis; e

8.2.11.1.7. Bônus, quando houver.

8.2.11.2. A emissão deverá resultar em uma única apólice para cada veículo, não gerando custo para o CONTRATANTE; e

8.2.11.3. Deverá ser estabelecido prazo para a liquidação dos sinistros, limitado a 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega de todos os documentos básicos.

8.2.12. Da Avaria:

8.2.12.1. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, isto não será impeditivo para a contratação, sendo, porém, estas avarias excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial;

8.2.12.2. Após procedimento de recuperação pela AC/MD durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da "Cláusula de Avaria";

8.2.12.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral; e

8.2.12.4. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia facultativa, conforme descrito neste Termo de Referência, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação.

8.2.13. Carteira de habilitação:

8.2.13.1. Os servidores designados para conduzirem os automóveis são habilitados, conforme o modelo específico para a Categoria (A, B, C, D ou E), possuem habilitação militar, fazem teste de condução por um instrutor de trânsito, servidor do Ministério da Defesa, realizam exames médicos, psicológicos e toxicológico e é exigido que seja publicado em Boletim Interno do Ministério da Defesa os servidores devidamente **aptos** a dirigir.

8.2.14. Da atividade profissional:

8.2.14.1. A atividade profissional dos servidores aptos a conduzirem os automóveis são especialmente "Motoristas".

8.2.15. Principais informações sobre condutores:

8.2.15.1. A Coordenação de Serviços Gerais possui 17 condutores, sendo 11 (onze) militares e 6 (seis) civis da empresa G&E.

8.2.15.2. A faixa etária dos condutores estão entre: 24 (vinte e quatro) e 58 (cinquenta e oito) anos;

8.2.15.3. Os servidores aptos a conduzirem as viaturas são 100% (cem por cento) do sexo masculino;

8.2.15.4. Os veículos não possuem sistema antifurto, todavia possuem trava e vidros elétricos; e

8.2.15.5. Os veículos a serem assegurados não são blindados.

8.2.16. Da avaliação de risco:

8.2.16.1. Os automóveis podem ser conduzidos por servidores civis e militares, de acordo com suas devidas categorias, missões ou operações pertinentes, as viaturas ficam estacionadas em área do Poder Executivo Federal e/ou em área pública, as viaturas ficam recolhidas em estacionamentos fechados e privativos e sob a responsabilidade da segurança orgânica e permanente do Ministério da Defesa; e

8.2.16.2. Diante das informações fornecidas nos itens acima e, devido às características peculiares dos serviços, o Questionário de Avaliação de Risco (questionário da seguradora), ficará a critério a seguradora a sua aplicação, não motivado o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

8.2.17. Da franquia:

8.2.17.1. A franquia considerada é a reduzida, devendo ser observados os itens a seguir:

8.2.17.1.1. A franquia considerada é obrigatória e não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos **preços propostos (prêmio)**;

8.2.17.1.2. Os valores das franquias para ocorrência de sinistros com substituição unicamente de itens como para-brisa frontal, vidro traseiro, faróis, faróis de LED, faróis de milha, lanternas, retrovisores, para-choque e deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, não podendo exceder o valor máximo da franquia correspondente;

8.2.17.1.3. Em caso de sinistro ou perda parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pela AC/MD, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse; e

8.2.17.1.4. Não haverá cobrança de franquia em caso de indenização integral ou danos por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

8.2.18. Dos salvados:

8.2.18.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora; e

8.2.18.2. É de inteira responsabilidade da seguradora CONTRATADA, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos órgãos competentes.

8.2.19. Regulação de Sinistro:

8.2.19.1. Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura;

8.2.19.2. Decorrido o prazo estabelecido acima e caso haja pronunciamento por parte da seguradora, a AC/MD poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente;

8.2.19.3. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional;

8.2.19.4. Em caso de sinistro em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da AC/MD, não cabendo pela CONTRATADA, quaisquer impedimentos para liberação da execução dos serviços;

8.2.19.5. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro; e

8.2.19.6. Havendo descumprimento do prazo estabelecido no subitem anterior, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente a 2% (dois por cento) do valor da indenização, além das penalidades previstas em Lei.

8.2.20. Da Indenização:

8.2.20.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora; e

8.2.20.2. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela AC/MD e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar o ocorrido.

8.2.21. Da Indenização Integral:

8.2.21.1. Será características a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado;

8.2.21.2. Em caso de indenização integral, a seguradora não poderá deduzir, do valor concernentes às avarias previamente constatadas; e

8.2.21.3. Na liquidação de sinistros por indenização integral, a AC/MD realizará os procedimentos legais previstos na legislação vigente para transferência de propriedade do veículo para a sociedade seguradora.

8.2.22. Da Substituição ou inclusão:

8.2.22.1. Havendo a necessidade de substituição(ões) ou inclusão(ões) de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser substituído, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação;

8.2.22.2. Em caso de veículo(s) a ser(em) substituído(s), cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer;

8.2.22.3. A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de Guia de Recolhimento da União (GRU), devendo a CONTRATADA enviar recibo, devidamente quitado, a AC/MD; e

8.2.22.4. Caberá a AC/MD, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a substituição, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. O Ministério da Defesa não visualiza a necessidade da disponibilização materiais para a perfeita execução dos serviços.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do Ministério da Defesa tem por base as seguintes características:

10.1.1. Capacidade de emissões de 20 (vinte) apólices de seguros, em um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93, para as viaturas descritas nestes atos processuais.

10.1.2. O prazo para a realização da vistoria final será de até 5 (cinco) dias após a assinatura do Contrato.

10.1.3. O início da vigência da apólice será a partir da assinatura do Contrato.

10.1.4. Entrega e disponibilização da apólice após a realização da vistoria será de até 20 (vinte) dias.

10.1.5. As apólices de seguro devem contemplar as coberturas mínimas descritas neste Termo de Referência.

10.1.6. Os veículos a serem assegurados não são de uso policial.

10.1.7. Os veículos a serem assegurados podem vir ser usados para realizarem escolta armada, caso necessário.

10.1.8. Os veículos ficam estacionados em área do Poder Executivo Federal e/ou em área pública, as viaturas ficam recolhidas em estacionamentos fechados e privativos, conforme descrito no subitem 8.2.16.

10.1.9. Demais características bases para o dimensionamento da proposta já constam neste Termo de Referência e no Edital.

10.1.10. Durante 5 (cinco) anos de contrato houve apenas um sinistro, conforme processo 60585.002500/2019-01.

10.1.10.1. Notificação de aviso de sinistro (1781615) relata na descrição do acidente que o veículo de terceiro foi o responsável pelo sinistro e com danos no para-choque, lateral traseira direita, porta e demais a verificar.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

11.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS;

11.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio Órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do Contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o Órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

11.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.11. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização na execução dos serviços de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no Órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

12.6.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

12.6.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

12.6.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

12.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

12.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017.

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a execução dos serviços.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.23. Não será necessário realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Apêndice IV, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

15.6.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades Contratadas; ou

15.6.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.15. Metodologia de avaliação da execução dos serviços:

15.15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993, e do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2005.

15.15.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do Contrato.

15.15.3. As verificações das adequações das prestações dos serviços deverão ser realizadas com base nos critérios previstos no Edital e neste Termo de Referência.

15.15.4. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumento de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, conforme prescrever o caso em especial.

15.15.5. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

15.15.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste TR e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Apêndice IV, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

16.1.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades CONTRATADAS; ou

16.1.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.3. A utilização do IMR ocorrerá preferencialmente, por meio de ferramentas informatizadas para verificação do resultado, quanto à qualidade e quantidade pactuada.

16.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

16.4.1. Não produziu os resultados acordados;

16.4.2. Deixou de executar as atividades CONTRATADAS, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.4.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo Fiscal Técnico e Setorial ou pela Equipe de Fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o Fiscal Técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que

poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada Fiscal ou a Equipe de Fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento da última etapa da execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:

17.5.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

17.5.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93;

17.5.3. O prazo para recebimento definitivo será de 30 (trinta) dias.

17.5.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.

17.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993 deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. O prazo de validade;

18.5.2. A data da emissão;

18.5.3. Os dados do contrato e do Órgão CONTRATANTE;

18.5.4. O período de prestação dos serviços;

18.5.5. O valor a pagar; e

18.5.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Ordem Bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

18.10. Previamente à emissão de Nota de Empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do Órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos Órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário Servidor Público da ativa do Órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
		365	

19. REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

20.1.1. Por tratar-se de serviços comuns, há baixa complexidade técnica, vultuosidade do objeto em tela e possuir baixos riscos envolvidos na presente licitação, sendo assim, não comprometerá o cumprimento das obrigações.

20.1.2. A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

20.1.3. Cabe ressaltar que o conforme item 12. Do Pagamento, apenas será realizado, após o fiel cumprimento da entrega definitiva e recebimento da Nota Fiscal (NF), sendo assim, não haverá a possibilidade de danos ao erário para a Administração.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

21.1.1. Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

21.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.3. Fraudar na execução do contrato;

21.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

21.1.5. Cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.2. **Multa de:**

21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

21.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3. **Suspensão de licitar** e impedimento de contratar com o Órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.4. Sanção de **Impedimento de licitar** e contratar com Órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

21.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “21.2.4. ” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens “21.2.1. ”, “21.2.3. ”, “21.2.4. ” e “21.2.5.” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Edital/Contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419º do Código Civil.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

22.1. As exigências de **Habilitação Jurídica** e de **Regularidade Fiscal e Trabalhista** são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

22.2. Os critérios de **Qualificação Econômico-Financeira** a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.

22.3. Os critérios de **Qualificação Técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

22.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional Superintendência de Seguros Privados, em plena validade.

22.3.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando ter a licitante prestado serviços de natureza compatível e/ou similar como o objeto desta licitação.

22.3.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

22.3.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

22.3.5. De acordo com o Acórdão nº 600/2015 – Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU, ficam impedidas de participar desta licitação:

22.3.5.1. Empresas que não estejam devidamente credenciadas ou registradas no órgão competente; e

22.3.5.2. Empresas de corretagem.

22.3.6. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

22.3.6.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.4.1. Valor Total: R\$ 50.407,92 (cinquenta mil, quatrocentos e sete reais e noventa e dois centavos) **para prêmio**.

22.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

23.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 50.407,92 (cinquenta mil, quatrocentos e sete reais e noventa e dois centavos) **para prêmio** e R\$ 114.749,71 (cento e quatorze mil, setecentos e quarenta e nove reais e setenta e um centavos) **para a franquia**.

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

24.1.1. Gestão/Unidade: 52101 (Ministério da Defesa);

24.1.2. Programa de Trabalho: 05.122.0032.2000.0001; e

24.1.3. Elemento de Despesa: 33.90.39.

25. APÊNDICES (5785728)

25.1. Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar;

25.2. Apêndice II – Histórico de Consumo;

25.3. Apêndice III – Dados Gerais;

25.4. Apêndice IV – Instrumento de Medição de Resultado - IMR;

- 25.5. Apêndice V – Declaração de Vistoria facultativa;
25.6. Apêndice VI – Declaração de Recebimento de informações;
25.7. Apêndice VII – Declaração de Conhecimento de Condições e Peculiaridades; e
25.8. Apêndice VIII - Gerenciamento de Riscos.

ONIVALDO DE FATIMA ROCHA – SO RM1 (MB)
Coordenador da Coordenação de Serviços Gerais – COSER

De acordo:

ODILON MAZZINI JUNIOR
Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais – DESEG

Aprovo o presente Termo de Referência, assim como o seu respectivo apêndice, de acordo com o inciso II do art. 14 do Decreto nº 10.024/2019.

WALDIR F. DAS N. SILVEIRA Jr
Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **WALDIR FRANCISCO DAS NEVES SILVEIRA JUNIOR, Ordenador de Despesas**, em 27/10/2022, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Onivaldo de Fatima Rocha, Coordenador(a)**, em 31/10/2022, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Odilon Mazzini Junior, Diretor(a)**, em 31/10/2022, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **5704400** e o código CRC **721B5F05**.